

## RESENHA

### MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO NA SAÚDE NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS A PARTIR DE POLÍTICAS INDUTORAS

Danilo Blank<sup>1</sup>

Todo professor ou estudante interessado em formação profissional pós-graduada tem muito a ganhar acompanhando a Revista Brasileira de Pós-Graduação, publicação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que visa à difusão de estudos e documentos sobre educação superior – a pós-graduação, em particular –, ciência e tecnologia em geral. Num de seus três números do ano passado, reuniu trabalhos dedicados a discutir os efeitos das políticas públicas brasileiras orientadas à expansão e à inovação do sistema universitário e de pós-graduação. Dentre reflexões sobre temas variados, tais como a formação do docente universitário, o papel da universidade no desenvolvimento tecnológico, a produção do conhecimento interdisciplinar a partir da pós-graduação e a desconcentração regional do ensino superior, dois artigos tratavam especificamente do mestrado profissional em ensino.

No artigo “Mestrado profissional em ensino na saúde no Brasil: avanços e desafios a partir de políticas indutoras”, Rosana Quintella Brandão Vilela (então vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, modalidade mestrado profissional, da Universidade Federal de Alagoas) e Nildo Alves Batista (vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde, modalidade mestrado profissional, da Universidade Federal de São Paulo - Câmpus Baixada Santista) relatam uma enquete com nove dentre os treze coordenadores de cursos brasileiros de pós-graduação voltados ao ensino na saúde, na modalidade de mestrado profissional, reconhecidos pela Capes até o ano de 2013. A meta essencial desse trabalho foi conhecer nós críticos, desafios e mecanismos de sustentabilidade dos programas (VILELA e BATISTA, 2015)<sup>2</sup>.

Antes de mais nada, cabem duas considerações sobre o quanto esse artigo faz diferença no contexto atual da pós-graduação nacional. Primeiro, é altamente auspicioso vermos concretizarem-se pesquisas sérias e concertadas sobre ensino na saúde – particularmente acerca da consolidação dos mestrados profissionais nesse campo de saber/ação. Se por um lado muito se tem escrito acerca do mestrado profissional desde

1 Professor associado do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFRGS. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde - Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina da UFRGS

2 Link para o texto completo do artigo: [http://bit.ly/vilela\\_2015](http://bit.ly/vilela_2015).

a sua implantação pela Capes (BRASIL, 1995), cotejando as polêmicas em torno de sua aceitação pela academia com as vantagens de sua terminalidade e perspectiva pragmática para a solução de problemas do dia a dia dos profissionais (PAIXAO e BRUNI, 2013), o trabalho de Vilela e Batista é o primeiro a escrutinar de forma mais atenta e específica o ensino na saúde.

Aqui vale ressaltar que o primeiro mestrado profissional na área da saúde a ser instituído no Brasil foi o do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, em 2001, seis anos depois da regulamentação dos mestrados profissionais pela Capes (DOURADO et al., 2005). Já então enfatizava que o produto final poderia ser, além de monografia, revisão de literatura ou artigo, uma proposta de intervenção em área específica da prática institucional ou um projeto de aplicação tecnológica. Contudo, não havia um foco no ensino na saúde sob uma perspectiva abrangente e multiprofissional, já que a sua área de concentração em docência na saúde envolvia somente professores de medicina.

Em segundo lugar, uma revista acadêmica estreante, oriunda de um mestrado profissional, como é esta Saberes Plurais, tem como uma de suas funções essenciais divulgar com destaque trabalhos pioneiros como o de Vilela e Batista, especialmente por trazerem à tona informações relevantes e atuais sobre o seu foco de atuação – o ensino na saúde –, como também pela rica discussão apoiada em documentação bibliográfica nem sempre facilmente achável.

Dentre os resultados do trabalho, o que primeiro salta aos olhos é o expressivo aumento do número de mestrados profissionais em ensino na saúde nos três anos que antecederam a pesquisa: nada menos do que doze dos treze cursos foram criados a partir de 2011!

Por um lado, é evidente o impacto da iniciativa governamental de incentivo à pós-graduação na área do ensino na saúde – a chamada política Pró-Ensino na Saúde –, um dos braços do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional na Saúde, cujo marco foi o documento “Recomendações para Elaboração de Projetos de Mestrados Profissionais em Ensino na Saúde”, elaborado a partir de um seminário promovido pela Capes e pelo Ministério da Saúde, em março de 2010<sup>3</sup>.

Ademais, Vilela e Batista ponderam que as falas dos coordenadores permitem inferir que a adesão significativa das várias instituições de ensino superior ao mestrado profissional em ensino na saúde é proporcional à crença no seu grande potencial estratégico de capacitar profissionais a empregar ferramentas científicas na sua prática de trabalho, propor inovações e qualificar a atenção à saúde – particularmente no âmbito do Sistema Único de Saúde – e à demanda crescente por docentes formais ou preceptores de serviço com nível de formação pós-graduado. De qualquer modo, seja pela demanda de capital humano, seja pelo potencial transformador, os incipientes mestrados profissionais em ensino na saúde parecem ser ainda insuficientes para dar conta dos profissionais que buscam aperfeiçoamento.

Outra informação interessante do trabalho que certamente ainda suscitará muito debate diz respeito à área de avaliação da Capes em que se inserem os mestrados profissionais em ensino na saúde. Seis dos treze programas estão na área de ensino, pertencente ao chamado Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Embora o artigo em questão não especifique as demais áreas, o relatório científico do pós-doutorado que o originou permite saber que quatro dos demais programas estão na área interdisciplinar, dois na saúde coletiva e um na enfermagem (VILELA, 2016)<sup>4</sup>. Os autores veem essa certa tendência de agregação na área do ensino como um avanço, em vista da possibilidade de ganhos na sustentabilidade dos mestrados profissionais em ensino na saúde, assim como o aperfeiçoamento dos processos de avaliação. Resta saber o quanto tais programas conseguirão valorizar a formação específica de profissionais de saúde numa interlocução produtora com os múltiplos atores e cenários desse campo, sem desfocarem-se das temáticas próprias do ensino.

Quanto aos desafios para a implementação dos mestrados profissionais em ensino na saúde, a enquete revelou uma percepção dos coordenadores de que as muitas especificidades gerenciais de programas que

3 Em tempo, trata-se de material de leitura imprescindível para compreender a essência do mestrado profissional em ensino na saúde e suas características; por isso indico o link para o texto completo: [http://bit.ly/rec\\_mpes\\_2010](http://bit.ly/rec_mpes_2010).

4 O relatório de atividades pós-doutorado do qual foi extraído o material do artigo objeto desta resenha traz muito mais informações, incluindo opiniões dos docentes e alunos. Recomendo a sua leitura e forneço o link para acessar o texto completo: [http://bit.ly/vilela\\_pos-doc\\_2016](http://bit.ly/vilela_pos-doc_2016).

precisam articular o universo acadêmico com o do trabalho na atenção à saúde tornam a sua estrutura operacional mais complexa. Nessa dimensão, três questões principais foram apontadas: ausência de financiamento, pouca valorização do mestrado profissional no âmbito acadêmico e critérios indefinidos de avaliação dos programas. Isso já havia sido ressaltado por outros pesquisadores, com sugestões de soluções políticas para a valorização desses cursos, que, justamente por tratarem de encontrar soluções pragmáticas para os problemas da prática profissional em vez de se perderem em reflexões sobre a problemática – e, logo, desempenharem papel importante no desenvolvimento do país –, têm que ser avaliados por critérios próprios e ver resolvido o impasse causado pelas cláusulas do autofinanciamento (FISCHER, 2005; FISCHER, 2010; MENANDRO, 2010; MAMEDE, 2016).

Vilela e Batista concluem que com a reflexão de que a relevância do seu estudo não está somente na busca de subsídios empíricos para aprimorar a sustentabilidade dos programas, mas também na reflexão teórica acerca da efetividade de políticas públicas indutoras e da complexidade que envolve a identidade do mestrado profissional. Nesse sentido, é interessante lembrarmos a assertiva da professora Tânia Maria Fischer, pesquisadora nos campos da educação, poderes locais e gestão social do desenvolvimento:

Para finalizar, mestrados profissionais são experiências de inovação e reinvenção das práticas acadêmicas e como tal devem ser tratados. Aprende-se muito tendo praticantes como alunos; talvez mais do que eles aprendem conosco, acadêmicos. Profissionais experientes não vêm aprender práticas, mas sim, iluminar a prática com teorias apropriadas.

Talvez seja esse o maior desafio e fator de sedução para oferecer cursos de natureza profissionalizantes: a articulação orgânica entre a prática (que o aluno tem ou almeja ter) e a teoria que alimenta e alicerça essa prática.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Portaria nº 47/95, de 17 de outubro de 1995:** Implantação dos mestrados profissionais.

DOURADO, I., TEIXEIRA, C. F. et al. Mestrado profissional em saúde coletiva: uma proposta alternativa para a qualificação de dirigentes e técnicos em saúde – Instituto de Saúde Coletiva da UFBA (2001-2005). **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.2, n.4, p.61-71. 2005.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.2, n.4, p.24-29. 2005.

\_\_\_\_\_. Sobre maestria, profissionalização e artesanato intelectual. **Revista de Administração Contemporânea**, v.14, n.2, p.353-359. 2010.

MAMEDE, W. **Modelo para a avaliação de mestrados profissionais orientados à formação de recursos humanos para o SUS:** um estudo de caso [Tese de Doutorado em Ensino na Saúde]. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MENANDRO, P. R. M. Mestrado profissional, você sabe com quem está falando? **Revista de Administração Contemporânea**, v.14, n.2, p.367-371. 2010.

PAIXAO, R. B. e BRUNI, A. L.. Mestrados dos profissionais: características, especificidades, diferenças e relatos de sucesso. **Administração Ensino e Pesquisa**, v.14, n.2, p.279-309. 2013.

VILELA, R. Q. B. **Mestrado profissional em ensino na saúde**: subsídios para o aprimoramento dos programas [Relatório de atividades pós-doutorado]. Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde/CEDESS, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

VILELA, R. Q. B. e BATISTA, N. A. **Mestrado Profissional em Ensino na Saúde no Brasil**: avanços e desafios a partir de políticas indutoras. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v.12, n.28, p.307-331. 2015.